

ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS¹

Henslei Rocha Burihan²
Professora Ma. Ivana Nobre Bertolazo³
Professor Me. Ericson Makarius Borges⁴

O presente trabalho tratará sobre o abuso sexual contra crianças de forma geral, destacando como o mesmo está presente em nossa sociedade e enfatizando o ordenamento jurídico brasileiro para o combate específico dos crimes relacionados à violência sexual. Primeiramente, abordou-se acerca do conceito de abuso sexual, ressaltando as formas de abuso, as quais podem ocorrer envolvendo ou não o contato físico, ou envolvendo a violência física. Porém, qualquer ato sexual entre um adulto e uma criança deve ser reconhecido como abuso e amplamente repreendido, inclusive aqueles considerados menos graves, pois toda situação desta espécie pode desencadear uma carga de sofrimento para a criança, com graves danos psicológicos. Abordou-se que grande parte dos casos de abuso sexual ocorre dentro do próprio seio familiar, sendo os pais, padrastos, avós, tutores ou parentes próximos apontados como os principais abusadores e denunciados às autoridades competentes. Posteriormente, tratou-se sobre a figura do agressor, apontando como este define as suas estratégias ao praticar os crimes vinculados ao abuso sexual e demonstrando que os agressores não têm qualquer característica social típica, nem um comportamento público identificado, sendo que entre os estudos, existem apontamentos de que grande parte dos agressores são do sexo masculino. Na sequência, estudou-se o comportamento e reflexos que sofrem as vítimas desta violência, salientando as consequências que se arrastam até mesmo por toda uma vida. Uma vez ocorrido o abuso, é frequente uma constante ameaça, que provoca uma terrível pressão psicológica na vítima. Isso pode lhe reduzir tanto a clareza do raciocínio lógico quanto, conseqüentemente, a capacidade para reagir e denunciar. A criança muitas vezes no momento do abuso não o compreende, mas posteriormente entende o ocorrido e sofre a dor, refletindo ao longo de sua trajetória de vida não só sentimental e amorosa como também profissional. Ponderou-se as formas de proteção legal, combate e punição que o ordenamento jurídico brasileiro possui, mencionando os dispositivos da Constituição Federal, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990, e suas principais alterações (Lei 11.829/2008) e Código Penal Brasileiro. Concluiu-se que é importante que o governo implemente políticas públicas de prevenção, abordando e debatendo com as

¹ Resumo para apresentação no VII Encontro Científico. Apresentado como requisito parcial à obtenção de nota nas matérias de Metodologia Científica II e Psicologia Jurídica, do Curso de Direito da Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR. Orientação a cargo do Prof^a. M^a. Ivana Nobre Bertolazo e Prof. Me. Ericson Makarius Borges.

² Acadêmico do 2º Período do Curso de Direito da FACNOPAR. E-mail: burihan2012@gmail.com.

³ Professora da FACNOPAR. Orientadora do trabalho.

⁴ Professora da FACNOPAR. Orientadora do trabalho.

crianças os conceitos relativos ao abuso sexual, bem como buscando o acolhimento e tratamento das vítimas, devendo ocorrer informação, esclarecimento e conscientização por toda a sociedade e principalmente pelas famílias. O método científico escolhido foi o método hipotético-dedutivo, partindo-se da análise de situações concretas, consolidando-se proposições genéricas. Deste modo, o intuito do trabalho em epígrafe não foi esgotar o assunto, mas sim ponderar acerca do abuso sexual contra crianças, o que está intimamente relacionado com a sociedade atual, sendo tal tema considerado um problema de saúde pública.

Palavras-chaves: abuso sexual, crianças, agressor, punição e combate.